

VARIA

# Complexidades do uso atributivo de descrições definidas

Complexities of the attributive use of definite descriptions

Rodrigo Jungmann de Castro

<https://orcid.org/0000-0002-0619-9693> - E-mail: [rjungmann9@gmail.com](mailto:rjungmann9@gmail.com)

## RESUMO

O artigo de Keith S. Donnellan "Reference and Definite Descriptions" (1966) foi escrito com a intenção de mostrar que as teorias de Bertrand Russell e Peter F. Strawson falham por igual em capturar o uso linguístico efetivo das descrições. Para tanto, Donnellan se ocupa da distinção entre os usos atributivo e referencial. Contudo, a situação se complica para Donnellan à luz do fato de que muitos usos concebíveis de descrições definidas não parecem caber em nenhuma das duas categorias. Há usos que devem ser entendidos antes como motivados pela deferência do que como atributivos, assim como há usos em que variadas falências referenciais cometidas pelos falantes têm como consequência situações em que a descrição simplesmente não dá conta da variedade de possibilidades, vale dizer, casos em que não cabe falar nem em uso referencial nem em uso atributivo. A razão para tanto parece ser a de que dificilmente há um uso atributivo "puro". As descrições usadas nos exemplos corriqueiros contêm normalmente elementos referenciais, como nomes e indexicais. Quando estes são mal empregados, a insuficiência da distinção de Donnellan é exposta. A segunda tese aqui apresentada é a de que os usos atributivos previstos no artigo clássico de Donnellan se caracterizam por sua natureza inferencial distintiva, com a consequência de que o seu uso atributivo é em geral menos natural e plausível do que o uso referencial

**Palavras-chave:** Teoria da referência. Distinção atributivo/referencial. Semântica.

## ABSTRACT

Keith S. Donnellan's article "Reference and Definite Descriptions" (1966) was written with the intention of showing that the theories of Bertrand Russell and Peter F. Strawson equally fail to capture the actual linguistic use of definite descriptions. With this end, Donnellan dwells on the distinction between the attributive and referential uses. However, the situation is complicated for Donnellan in light of the fact that many conceivable uses of definite descriptions do not seem to fit into either category. There are uses that should be understood as referential rather than attributive, just as there are uses in which various possibilities of referential failure committed by speakers result in situations in which the description simply does not account for the variety of possibilities, that is, cases in which one cannot speak of either a referential or an attributive use. The reason for this seems to be that there is hardly a "pure" attributive use. The descriptions used in common examples usually contain referential elements, such as nouns and indexicals. When these are misused, the inadequacy of Donnellan's distinction is exposed. The second thesis presented here is that the attributive uses envisaged in Donnellan's classic paper are characterized by their distinctive inferential nature, with the consequence that the attributive use is generally less natural and plausible than the referential use.

**Keywords:** Theory of reference. Attributive/referential distinction. Semantics.

Em "Reference and Definite Descriptions" (1966), Keith S. Donnellan apresenta uma distinção entre o que considera como usos referenciais e atributivos de descrições definidas. O argumento consiste em apresentar situações distintas em que emissões do mesmo enunciado parecem trazer a mesma descrição com funções nitidamente diversas. Que Donnellan se deparou com um fenômeno perfeitamente real é testemunhado pela multidão de artigos voltados para o esclarecimento da distinção em tela.

Em linhas gerais, há divergências na obra dos comentadores quanto a uma questão que reputam crucial: a distinção atributivo/referencial indicaria uma genuína diferença de cunho semântico ou poderia ser satisfatoriamente tratada como um fenômeno puramente pragmático? A segunda interpretação parece prevalecer e foi habilmente defendida por John Searle, Saul Kripke e Stephen Neale, ao passo que François Recanati e outros insistem na existência de uma distinção semântica.

A nossa preocupação principal, no entanto, é questionar a distinção como tal, visto que, a nosso juízo, ela não exaure a gama de possibilidades. O nosso procedimento abaixo consistirá em apresentar a distinção inicialmente nos termos mais favoráveis possíveis ao entendimento de Donnellan para, só depois de tê-lo feito, apresentar contraexemplos que põem em dúvida a sua suficiência, ocupando-nos especificamente de usos à primeira vista atributivos e sustentando que não podem de fato sê-lo nos termos do próprio Donnellan. As próximas seções, à exceção da última, seguem de maneira aproximada I. Inan (2006).

A seção final versa sobre aspectos inferenciais do uso atributivo que nunca vimos discutidos na literatura relevante sobre a temática.

## A distinção

Em contraste com o uso referencial, no uso atributivo a perfeita adequação da descrição efetivamente usada é crucial. No uso referencial, o uso é incidental no sentido de que estão disponíveis vários outros mecanismos referenciais para identificar o objeto ou pessoa que se pretenda denotar.

Que a ideia de satisfação do conteúdo descritivo é crucial ao uso atributivo é algo articulado por Donnellan no seguinte parágrafo do seu artigo.

Vou chamar os dois usos de descrições definidas que tenho em mente de uso atributivo e uso referencial. Um falante que usa uma descrição definida de forma atributiva numa asserção afirma alguma coisa qualquer sobre quem ou o que quer que seja o isso e aquilo. Um orador que utiliza uma descrição definida referencialmente numa asserção, por outro lado, utiliza a descrição para permitir ao seu público individuar quem ou do que está tratando e dizer algo sobre essa pessoa ou coisa. No primeiro caso, pode dizer-se que a descrição definida ocorre essencialmente, pois o orador deseja afirmar algo sobre o que quer que seja ou sobre quem se encaixa nessa descrição; mas no uso referencial, a descrição definida é apenas uma ferramenta para fazer um certo trabalho - chamar a atenção para uma pessoa ou coisa - e, em geral, qualquer outro dispositivo apto a fazer o mesmo trabalho, outra descrição ou um nome, também o faria. No uso atributivo, o atributo de ser o isso e aquilo é de importância crucial, enquanto não o é no uso referencial. (DONNELLAN, 1966, p. 285).

Pouco adiante, Donnellan coloca a distinção em termos formais:

Generalizando a partir deste caso, podemos dizer, penso eu, que há dois usos de frases da forma, "O  $\phi$  é  $\psi$ ". No primeiro, se nada é o  $\phi$ , então não se disse de nada que seja o  $\psi$ . No segundo, o fato de que nada é o  $\phi$  não tem essa consequência". (DONNELLAN, 1966, p. 287).

A distinção se apresenta com maior clareza por meio de certos exemplos que se tornaram pequenos clássicos recentes da filosofia analítica da linguagem.

Imagine-se, num primeiro momento, que seja encontrado no meio da rua o corpo já sem vida e desfigurado de um homem chamado Smith. Ao que tudo indica, ocorreu um crime brutal. Com base na aparente natureza do ato, um investigador de polícia afirma que "O assassino de Smith é insano". Admitamos ainda, embora Donnellan afiance no corpo do artigo que isso não é essencial, que se desconheça a identidade do assassino. Tem-se aqui, na terminologia de Donnellan, um uso atributivo da descrição definida "o assassino de Smith".

Suponha-se agora que um certo Jones esteja sendo julgado pelo assassinato de Smith. Jones comporta-se no banco dos réus como um rematado lunático. Diante desse quadro, um dos presentes, convencido da culpabilidade de Jones, afirma que "O assassino de Smith é insano", pretendendo referir-se a Jones por meio da descrição definida "o assassino de Smith". Nos termos de Donnellan, a descrição definida exemplifica neste último caso o que chama de uso referencial.

No caso do cadáver descoberto no meio da rua, afirma-se que "O assassino de Smith é insano", mas não se tem ninguém em mente, ou ao menos a afirmação não é baseada em qualquer pessoa que se tenha em mente. Antes, o que se pretende sustentar é que qualquer pessoa, seja lá quem for, capaz de um semelhante ato, é insana. Já com referência a Jones no segundo caso, o falante tem em mente um indivíduo específico, que poderia nomear ou apontar. Acerca deste indivíduo, o falante faz uma idêntica afirmação, substituindo "Jones" por "O assassino de Smith".

O outro exemplo de Donnellan é semelhante. Uma mulher é vista por alguém e parece irradiar felicidade. Um observador – um tanto machista pelos padrões atuais – crê que uma tal irruerância se explica prontamente com a suposição de que ela seja muito bem casada e assevera que “O marido dela é gentil com ela”. Trata-se do uso atributivo da descrição. O que se pretende dizer é que quem quer que seja casado com a mulher em questão é um homem gentil. Uma alternativa a esta situação seria ver a mesma mulher ostentando idênticos sinais de satisfação na companhia de um homem que a trata de maneira ostensivamente amável e afirmar que “O marido dela é gentil com ela”.

Em ambas as situações, o caso atributivo teria uma peculiaridade interessante. Se, a despeito de todas as aparências, Smith não foi assassinado e a mulher vista não é casada, as afirmações em cada caso, são consoante uma análise russeliana, pura e simplesmente falsas, visto que a cláusula existencial não é satisfeita.

O caso referencial é mais complexo. Para compreender o ponto, notemos que o indivíduo que se tem em mente, Jones, pode muito bem ser insano, mesmo que ele não seja o assassino de Smith. Por seu turno, o homem tido como gentil em razão do seu comportamento em companhia da mulher do segundo exemplo de fato é gentil, mesmo que seja o seu amante e não o seu marido, ou ainda no caso de a mulher não ser casada. Nestes termos, havendo um certo sentido em que algo de verdadeiro parece ser dito mediante um uso referencial mesmo com uma descrição definida incorretamente empregada, é que pareceu a alguns intérpretes que o uso referencial possui uma semântica não-russeliana, ao passo que outros insistem numa leitura russeliana e põem a proposição verdadeira comunicada sobre Jones ou sobre o homem gentil no campo da pragmática. Neste sentido, Kripke (1979) estabelece uma distinção entre a referência semântica e a referência do falante – o seu referente pretendido. Por seu turno, Neale (1990) distingue as proposições literalmente afirmadas em cada caso das proposições adicionais transmitidas num nível puramente pragmático atinente às implicações conversacionais.

Com as devidas vênias a Kripke, a teoria de Neale se afigura mais econômica. E tal se dá porque Neale não apela de modo central para uma distinção a rigor puramente derivativa neste contexto, mas simplesmente faz uso da teoria pré-existente de Grice, sem acrescentar-lhe novas categorias semânticas ou pragmáticas.

Por meio de uma assertiva como “O assassino de Smith é insano”, se está, no entender de Neale, asserindo literalmente uma proposição russeliana composta da junção de certas assertivas que são bem conhecidas de quem tiver um dia se debruçado sobre a Teoria das Descrições de Bertrand Russell. Vêm a ser: há um e somente um  $x$  que assassinou Smith e  $x$  é insano. Em todos os casos, é esse o conteúdo semântico propriamente dito. O fato de que se possa transmitir de modo colateral uma proposição adicional do tipo “Jones é insano” ou “Aquele homem é insano” não pertence propriamente ao domínio da semântica, mas antes ao da pragmática. Proposições como “Jones é insano” ou “Aquele homem é insano” não integram o conteúdo do que é literalmente afirmado, mas apenas daquilo é comunicado de modo suplementar por via dos mecanismos de implicatura conversacional apresentados por Grice (1989).

Note-se, a bem da clareza, que este artigo não se ocupa primordialmente da semântica das proposições expressas por enunciações de orações que contêm descrições definidas. Um tratamento russeliano padrão nos parece satisfatório para esta questão.

Mas ocorre que mesmo que se dê esse ponto por pacificado, disso não se segue de modo algum que a distinção atributivo/referencial não possa ser de grande interesse a outros títulos. Independente da semântica das proposições expressas, a distinção de Donnellan faz justiça à variedade de usos das descrições definidas. É verdade que ou se tem uma afirmação de que um

$\phi$ , seja lá o que for, é também  $\psi$  ou que sem tem em mente uma pessoa ou coisa a que se atribui a propriedade de ser  $\psi$ ?

Visto que a noção de “ter algo ou alguém em mente” pode se afigurar um tanto vaga, parece-me útil adotar o *insight* de Neale na obra já citada pelo grau de precisão que traz à discussão. Podem-se conceber duas variantes do uso referencial estrito. Numa delas, “o  $\phi$ ” poderia ser substituído por algum nome próprio do qual o falante tenha ciência. Uma alternativa que não exclui a primeira se dá quando o objeto ou pessoa individuado por “o  $\phi$ ” poderia ser objeto de uma demonstração ostensiva, como em “aquele homem”, “aquela mulher”, “aquele carro” e mecanismos assemelhados.

## A insuficiência da distinção atributivo/referencial

Uma preocupação central de Donnellan parece ter sido a de mostrar que um uso equivocado de uma descrição definida pode ser perfeitamente apto a individuar perante uma audiência um referente pretendido. Mais ainda: há casos em que não cabe nem falar em equívoco. Todos podem saber que a descrição é falsa no que concerne ao ente que se pretende referir, não só o falante, mas também os seus ouvintes.

Ora, considere-se o fascinante exemplo fornecido por Donnellan do usurpador que passa por um rei legítimo. Do fato de que sua ilegitimidade é reconhecida por todos, tanto o falante quanto os seus ouvintes, não se segue que a descrição “o rei” falhe em individuar uma certa pessoa. O surpreendente é que Donnellan não parece ter se dado conta de que o seu próprio exemplo não se harmoniza confortavelmente em nenhuma das duas categorias.

Suponhamos que no país em que se deu esta desdita um defensor da honra da monarquia deseje ser trazido à presença do falso rei, cuja identidade desconhece e que tampouco saberia individuar de modo ostensivo. Ele bem poderia dizer: “Desejo falar com o rei”.

Não cabe falar em uso referencial pelo critério de “ter alguém em mente”. O defensor da monarquia legítima não tem ninguém em mente. Não é capaz nem de nomear nem de apontar para alguém. Apenas teve ciência de que o trono foi usurpado.

Seria então um uso atributivo? Se o fosse, “Desejo falar com o rei” carregaria o mesmo valor semântico de “Desejo falar o indivíduo, seja quem for, que de fato reina legitimamente”. Ora, o rei legítimo foi expulso pelo usurpador. No momento, não há nenhum  $x$  naquela monarquia em particular tal que realmente  $x$  seja rei. O que parece que realmente temos aqui é uma espécie de uso “por deferência”. O que efetivamente se diz, a toda evidência, é “Desejo falar com quem quer que seja que estas pessoas vêm chamando de rei”, o que certamente não parece ser o uso atributivo propriamente dito.

A isso talvez se pudesse obstar que o usurpador se torna rei *de facto* em virtude da usurpação. Seria essa a razão pela qual Donnellan não enxergou aí uma mostra da insuficiência da sua descrição?

Isso na verdade não importa. O exemplo pode ser melhorado. Podemos concluir ver uma situação na qual mesmo a adequação *de facto* da descrição estaria fora de questão. Talvez exista uma localidade afastada em que um pretensu curandeiro espiritual autor de incisões ineficazes nos corpos de pacientes de câncer seja conhecido na sua terra como “o cirurgião”. Revoltado ante um tão flagrante abuso da boa-fé popular, um médico verdadeiro se apresenta na porta do estabelecimento mantido pelo farsante e seus comparsas e diz “Desejo falar com o cirurgião”. Uma vez mais, podemos excluir o uso referencial com a suposição de que o médico não conhece o nome do indivíduo em questão nem é capaz de o individuar de modo ostensivo.

Estaríamos às voltas com o uso atributivo? É evidente que não. Não há como fornecer uma reescrita do que foi dito como “Desejo falar com o indivíduo, seja lá quem for, que efetua cirurgias aqui” ou coisa do gênero. O farsante nem chega a ser um cirurgião *de facto*. É apenas um farsante. Estamos às voltas com um uso da descrição “por deferência”. Em deferência ao hábito da localidade e sem desejar levantar suspeitas, o verdadeiro médico usa a descrição “o cirurgião” como os demais o fazem. Ele não deseja falar com quem quer que seja o cirurgião, mas com quem quer que venha sendo *chamado* de cirurgião.

Mesmo deixando de lado o uso “por deferência”, a simples falência referencial pode redundar em casos em que as descrições definidas não são usadas nem num sentido referencial nem num sentido atributivo.

Admitamos que esteja acontecendo uma onda de assassinatos na mesma cidade em que foi encontrado o corpo barbaramente mutilado de Smith. Pode nos valer aqui uma sugestão de Nathan Salmon:

[...] suponhamos que o detetive encarregado esteja completamente convencido de que Johnson foi morto pelo mesmo indivíduo, até o presente ainda não identificado, que cometeu o assassinato recente e muito semelhante de Smith. O departamento de homicídios não tem suspeitos, não tem testemunhos, não tem pistas em qualquer dos casos; a crença convicta do detetive está baseada inteiramente no *modus operandi* partilhado. Quando o detetive usa a expressão “o assassino de Smith” na cena do segundo crime, ele tem em mente de modo fundamental: “o cara, seja lá quem for, que assassinou Johnson”. O detetive não chega realmente a ter o assassino em mente, no sentido relevante; do contrário, ele poderia usar a expressão de modo referencial. Em vez disso, ele pensa no assassino de Johnson por meio de uma descrição (SALMON, 2004, p. 255).

A ideia de Salmon parece ser a de que se trata de um “uso por deferência”, no sentido de que por mais que a morte de Johnson seja mais premente no momento, a referência é ao assassino de Smith, em virtude do fato de que a primeira investigação recebeu na polícia uma espécie de primazia. É nos termos da semelhança ou ausência de semelhança com o caso de Smith que os outros casos são examinados. O caso de Smith ainda é suficientemente saliente na investigação para que a descrição “o assassino de Smith” seja usada diante do cadáver de Johnson.

Há, todavia, um contraste fundamental entre este exemplo e os precedentes. Os homens que queriam ver o falso rei e o falso cirurgião, ao chamá-los de “rei” e de “cirurgião”, estão praticando uma forma de deferência a um certo séquito de indivíduos que estavam em posição de usar estas descrições falsas no modo referencial, tendo em mente indivíduos nomeáveis e passíveis de ostensão. Não é o que ocorre no exemplo de Salmon. Nele, tem-se um tipo de deferência em que o possível uso atributivo de “o assassino de Johnson” cede ao uso atributivo de “o assassino de Smith”, que toma o seu lugar.

No caso padrão fornecido por Donnellan, se, no final das contas, Smith não foi assassinado, a afirmação de que “O assassino de Smith é insano” é simplesmente falsa, e não há qualquer gênero de afirmação concomitante que possa ser verdadeira, à diferença do que ocorre no uso referencial. Afinal, no exemplo de Donnellan, Jones bem pode ser insano.

Algo de inteiramente diferente ocorre no exemplo de Salmon. Ainda que Smith não tenha sido assassinado ou que não seja insano, bem pode ser que “quem quer que tenha assassinado Johnson” seja outro homem e seja insano. Há um sentido mitigado, ainda que não referencial, em que o detetive “tem em mente” o assassino de Johnson, quem quer que o tenha assassinado, ainda que tenha se valido da descrição “o assassino de Smith”.

Não parece correto dizer que o uso de “o assassino de Smith” por parte do detetive seja nem referencial nem atributivo, se por “atributivo” tivermos em mente as especificações de Donnellan.



Uma situação ainda mais complexa pode ser imaginada. Admitamos que o Jones do exemplo de Donnellan é inocente do assassinato de Smith. Enquanto Jones está a caminho para o tribunal, alguém lhe desfere um tiro na cabeça do alto de um edifício e o mata. A identidade do criminoso é desconhecida.

Alguém poderia afirmar que “O assassino de Jones é um ótimo atirador”. Temos nas nossas mãos um nítido exemplo de uso atributivo. E a proposição expressa pode ser verdadeira. Mas a substituição de Jones por “o homem que deu cabo de Smith” nos põe às voltas uma vez mais com problemas. Considere-se uma emissão feita neste contexto pelo detetive do caso de “O assassino do homem que deu cabo de Smith é um ótimo atirador”. Ora, uma análise atributiva completa não parece fazer justiça aos termos do caso. O detetive enfaticamente não está dizendo que “O assassino, seja lá quem for, que tiver dado cabo do assassino de Smith, seja lá quem for, é um ótimo atirador”. Ele está dizendo que o assassino de Jones, seja lá quem for, é um ótimo atirador. A incrustação de uma sentença no interior de outra parece colocar limites ao que conta como uso atributivo no interior da construção.

Uma outra complicação decorre dos casos de identificação errônea. Suponha-se que houve um erro e que, no exemplo de Donnellan, o homem morto não foi Smith. Foi Brown. Mesmo que um detetive afirme que “O assassino de Smith é insano”, o que ele claramente pretende dizer é que é insano quem quer que seja responsável pelo assassinato do homem cujo corpo está diante de si. Não importa o que tenha acontecido a Smith. Não se trata de um uso referencial porque o investigador não tem ninguém em mente ao pensar no assassino. Não é capaz de o nomear ou mostrar. Tampouco há um caso atributivo nos termos de Donnellan. Ou seja, o uso da descrição “o assassino de Smith” neste caso não é referencial, mas também é certo que o falante não pretendeu falar de qualquer pessoa que satisfaça a descrição “o assassino de Smith”. O uso tem um *quê* de atributivo, mas não o é no sentido de Donnellan.

Um outro exemplo interessante de uso que não é nem referencial nem propriamente atributivo em sentido estrito poderia resultar de uma enunciação de uma sentença como “O primeiro-ministro deste país é um rematado incompetente” pronunciada por um americano de fortes convicções presidencialistas que tenha se escandalizado numa viagem à Europa com o mau estado da infraestrutura do local. Suponha-se que sem que este turista o saiba, ele está conhecendo uma república presidencialista. Não há ninguém que o falante tenha em mente, mas ainda assim se entenderá que a incompetência está sendo atribuída ao presidente do país em questão, quem quer que seja, pouco importando que não haja um primeiro-ministro. Se recordarmos a definição de Donnellan, bem poderemos dizer que embora não se tenha um uso referencial de “o  $\phi$ ”, há definitivamente alguém a quem se atribuiu incompetência, a saber, o presidente, e não o primeiro-ministro.

Assim como o uso errôneo de elementos puramente referenciais como nomes próprios no interior de descrições definidas complexas pode redundar em complexidades que afetam a plausibilidade da análise fornecida por Donnellan para o uso atributivo de descrições definidas, o mesmo pode se dizer de usos errôneos de termos demonstrativos ou indexicais.

Adaptemos o exemplo de Donnellan.

Havendo perdido uma noção clara do tempo, o detetive encarregado do caso afirma “O homem que matou Smith mês passado já pode estar do outro lado do país”. Smith na verdade foi assassinado há dois meses, de modo que nem há um uso referencial em razão da falta de um suspeito, nem há um indivíduo qualquer que se enquadre na descrição. No entanto, é certamente verdadeiro que o homem que matou Smith algum tempo atrás e ao qual, seja ele quem for, o detetive obviamente tenciona referir-se, bem pode estar do outro lado do país.

A inadequação descritiva surgiu aqui do emprego errôneo da expressão indexical “mês passado”. Mas é evidente que o ponto pode ser generalizado. Erros semelhantes poderiam ser cometidos no contexto do emprego de indexicais ou demonstrativos usados erroneamente quando incrustados numa descrição definida complexa.

O outro exemplo clássico de Donnellan apresenta um problema de todo análogo.

Considere-se, com efeito, uma emissão de “O marido dela é gentil com ela”. Imagine-se que não se conheça a identidade do marido nem se possa apontá-lo. Resta excluído o uso referencial. Segue-se disso que o uso é forçosamente atributivo nos termos de Donnellan? Não, de forma alguma. Afinal, há presente na construção um pronome pessoal que aqui serve como elemento ostensivo. “Dela” vale naturalmente por “desta mulher” ou “daquela mulher”.

Ora, é de todo possível que a pessoa a cujo marido o falante atribui um comportamento gentil de fato seja muito gentil, dando-se todavia o caso de que o falante cometeu um erro descritivo de boa-fé. Há um marido. Mas não é dela. É dele. De um homossexual de traços bastante femininos apenas entrevistados à distância. Há um erro fundamental de *fit*, de ajuste ou adequação. Uma vez mais, o uso tem um certo sabor atributivo, mas não o é nos estritos termos de Donnellan.

Quando se considera a realidade de que uma qualquer descrição como “o  $\phi$ ” é normalmente uma expressão composta em cujo interior podem existir termos referenciais como nomes, indexicais ou demonstrativos, não é nada difícil supor que grande parte das descrições é, neste sentido, impura. Em o sendo, carrega consigo o potencial para não ser nem referencial nem atributiva nos estritos termos de Donnellan. É difícil fazer conjecturas sobre como Donnellan teria recebido tais exemplos como os que aqui vimos quando nos lembramos que a sua motivação última foi a de mostrar as inadequações das teorias referenciais de Russell e Strawson, e que talvez as menções aos usos referencial e atributivo de descrições definidas não tenham sido mais do que meios aptos a servir esse fim.

É possível, em todo caso, como o nota Inan (2006) que existam ao menos algumas descrições definidas que se prestem a um uso “puro”, não perpassado por expressões referenciais em sua composição. Possíveis exemplos seriam “o espião mais baixo” ou “o planeta com anéis vistosos” ou ainda “o número primo que é par”. Mas até mesmo as duas primeiras descrições poderiam ser postas em dúvida. Afinal, poderiam ser tidas como formas incompletas de algo como “o espião mais baixo deste mundo” ou “o planeta com anéis vistosos neste sistema solar”. O caso que se apresenta é o da provável raridade das descrições puras.

Perceba-se que não se pretende sugerir aqui que todos os casos aparentemente atributivos na verdade não o são, mas tão somente que a partir de um exemplo de um uso atributivo não parece ser nada difícil encontrar por meio de ligeiras modificações casos que não se classificam com facilidade nem na categoria de uso referencial, nem na categoria de uso atributivo, nos termos expressamente propostos por Donnellan.

## A natureza inferencial do uso atributivo

Em seu artigo clássico, Keith Donnellan não atribui importância a uma questão que me parece vital: a maior ou menor probabilidade, ou talvez se possa dizer, naturalidade, com a qual uma descrição definitiva pode ser utilizada de modo referencial ou atributivo quando se enuncia uma sentença da forma “O  $\phi$  é  $\psi$ ”.

Considere uma afirmação de “O assassino de Smith é um glutão”. Não é difícil conceber uma situação em que se possa fazer uso referencial com a enunciação de tal sentença. Tal uso



referencial poderia facilmente ocorrer a algum orador que estivesse na presença do homem que se sabe ou se acredita ter assassinado Smith. Por outro lado, é fácil ver que um uso atributivo da descrição definitiva numa enunciação da mesma sentença seria muito menos natural e plausível. Afinal, com base em que inferências do mundo real um falante seria levado a acreditar que o assassino de Smith, seja ele quem for, é um glutão? Se isso não parecer suficientemente convincente, considere-se uma enunciação de "O assassino de Smith tem um nariz adunco". Um uso atributivo de tal sentença seria enormemente improvável.

Tendo feito estes comentários informais, já podemos ver o que é talvez o ponto mais importante sobre a distinção atributivo/referencial, mesmo desconsiderando as reservas das seções precedentes. Se nos limitarmos ao caso mais simples - e mais estudado - de frases da forma "O  $\phi$  é  $\psi$ ", podemos ver que existe uma relação completamente diferente entre a predicação e a entidade apresentada pela descrição definitiva, uma relação que depende de estarmos perante um uso referencial ou atributivo da descrição.

Dito isto, não é difícil compreender por que o uso referencial de descrições definitivas se revela muito mais plausível e natural num bom número de casos de emissões da forma "O  $\phi$  é  $\psi$ ". No uso referencial, temos, por assim dizer, todo o objeto à nossa disposição. O nosso acesso epistêmico à coisa ou pessoa descrita pela descrição definitiva "o  $\phi$ " permite-nos atribuir todo o tipo de predicados a tais entidades, sem termos de imaginar circunstâncias especiais que autorizariam uma enunciação de "O  $\phi$  é  $\psi$ ". Suspeitamos, além disso, que o mesmo se deve aplicar aos casos em que a descrição "o  $\phi$ " não ocorre na posição de sujeito gramatical. Claro que isto não significa que qualquer enunciação de "O  $\phi$  é  $\psi$ " expressará necessariamente uma proposição verdadeira. Significa apenas que no caso referencial a predicação tem uma base muito mais ampla.

Em contraste com o que ocorre no uso referencial, o uso atributivo de descrições definitivas apresenta-nos afirmações da forma "O  $\phi$  é  $\psi$ " que constituem um tipo especial de inferência baseada numa situação, e já não uma inferência baseada no acesso ao próprio objeto, como ocorre nesse primeiro caso. Assim, no exemplo clássico de Donnellan, o que está por detrás da afirmação de que "o assassino de Smith é insano", no caso atributivo, é uma afirmação de natureza inferencial e determinada pelas circunstâncias que cercam a emissão, de que uma pessoa, quem quer que seja, capaz de assassinar Smith dessa forma particularmente brutal, deve ser insana.

Em geral, o que fazemos por meio de um uso atributivo da descrição definitiva contida em "O  $\phi$  é  $\psi$ " é atribuir a "o  $\phi$ " predicados que derivam de uma situação, e não da possibilidade de acesso ao "o  $\phi$ ". Pode ocorrer, como no exemplo clássico de Donnellan, que a predicação tenha uma relação previsível com o conteúdo descritivo de "o  $\phi$ ". Afinal, é certamente razoável atribuir insanidade ao perpetrador de um crime horripilante. Mas, em geral, a predicação pode basear-se em quaisquer circunstâncias relevantes para a situação de enunciação, mesmo que não tenha qualquer relação probabilística com o conteúdo da descrição definitiva utilizada. Este seria o caso, por exemplo, se um médico legista dissesse que "o assassino de Smith é canhoto", ou se algum falante dissesse que "o assassino de Smith é louro", porque foram encontrados fios de cabelo louro no corpo da vítima.

Outro fato digno de nota relativamente ao uso atributivo de descrições definitivas é que a inferência feita pode ter um maior ou menor grau de complexidade. Considere-se uma emissão de "O presidente deste país é incompetente", feita por um turista que visita uma terra distante. Admitamos que o nosso turista sabe que o país por onde viaja é uma república presidencialista, mas que não sabe o nome do presidente e não consegue identificar numa imagem o presidente que, seja ele quem for, julga incompetente. A incompetência é aqui atri-

buída ao presidente, seja ele quem for, porque existem alguns indícios de que o país é mal gerido. É fácil ver como este caso difere daquele em que se afirma, no modo atributivo, que “O assassino de Smith é louco”. Neste último caso, a existência de um assassino é também inferida a partir da situação.

A isso se poderia obstar que as considerações precedentes nada tiram do mérito da distinção atributivo/referencial de Donnellan no que concerne aos seus objetivos, quais sejam o de julgar a suficiência da Teoria das Descrições de Russell no que concerne notadamente ao uso referencial. Serei o primeiro a colocar-me de acordo com a observação, mas é de se notar que este artigo tem por objetivo as especificidades do uso atributivo não antevistas ou consideradas por Donnellan. O que se está a dizer não é que os usos inferenciais apontados acima invalidez as propostas de Donnellan, mas apenas que não parecem ter sido percebidas por ele e que merecem atenção por direito próprio.

É minha firme convicção que esta dimensão da distinção atributiva/referencial tem sido indevidamente negligenciada na literatura sobre a distinção.

A título de sumário, o que este artigo se propõe é reconhecer a força intuitiva das considerações de Donnellan mas com a ressalva de que não parece certo dizer que 1) o uso atributivo de uma descrição necessariamente se caracterize pela estrita adequação do objeto nomeado à descrição empregada – exemplos do “rei” e do “cirurgião” acima; 2) que há algo assemelhado a um uso atributivo por deferência e 3) que de modo geral não é difícil imaginar usos de descrições definidas que, embora longe de serem referenciais, não atendem os rigores do uso atributivo nos termos estritos de Donnellan, por mais que a eles se assemelhem. Por fim, parece-nos digno de nota o fato de que usos atributivos por vezes só sejam licenciados por inferências bastante particulares presas à situação de emissão das sentenças que trazem embutidas as descrições que os instanciam. Se está última circunstância clama por algum tratamento diferenciado pelo que respeita à “divisão de trabalho” entre a semântica e a pragmática é um objeto de análise que deixamos de lado pelo momento, para quem sabe, retomá-lo numa contribuição futura.

## Referências

DONNELLAN, K. “Reference and Definite Descriptions”. *Philosophical Review*, n. 75, 1966, p. 281-304.

GRICE, H. P. *Studies in the Way of Words*. Cambridge: Harvard University Press, 1989.

INAN, I. Are “Attributive” Uses of Definite Descriptions Really Attributive?”. *Kriterion*. n. 20, 2006, p. 7-13.

KRIPKE, S. *Naming and Necessity*. Harvard: Harvard University Press, 1972.

KRIPKE, S. “Speaker’s Reference and Semantic Reference”. In: FRENCH, P. A.; UEHLING, T. E.; WETTSEIN, H. (Eds.). *Contemporary Perspectives in the Philosophy of Language*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1979.

NEALE, S. *Descriptions*. Cambridge: MIT Press, 1990.

RECANATI, F. *Direct Reference*. Oxford: Blackwell, 1993.

SALMON, N. “The Good, the Bad, and the Ugly”. In: REIMER, M.; BEZUIDENHUIT, A. (Eds.). *Descriptions and Beyond*. Oxford: Oxford University Press, 2004. p. 230-260.

---

**Sobre o autor**

**Rodrigo Jungmann de Castro**

Possui graduação e mestrado em Letras pela Universidade Federal de Pernambuco e doutorado em Filosofia pela University of California, Riverside, onde também desempenhou atividades de ensino. Atualmente é Professor Adjunto II na Universidade Federal de Pernambuco. Tem experiência na área de filosofia, com ênfase em filosofia da linguagem, além de interesses substanciais nos campos da ética normativa, da filosofia da religião e da filosofia política.

Recebido em: 03/05/2022  
Received in: 03/05/2022

Aprovado em: 07/07/2022  
Approved in: 07/07/2022